



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 – SRP – CEDEC**

O Corpo de Bombeiros Militar do Pará por intermédio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, com sede no quartel do Comando Geral na Avenida Júlio César, 3000, Marambaia, na cidade de Belém, inscrito no CNPJ sob o nº 15.513.102/0001-88, neste ato representado pelo **TCEL BM MARCELO MORAES NOGUEIRA**, Coordenador Adjunto de Defesa Civil, ordenador de despesas, nomeado pela Portaria nº 159, de 12 de abril de 2023, publicado no DOE nº 35.361 de 12/04/2023, inscrito sob o CPF nº 665.904.002-10, portador da Carteira de Identidade nº 3843288, considerando o aviso da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2023 – SRP – CEDEC**, publicada no DOE nº 35.335 de 23/03/2023, processo administrativo PAE nº 2022/898104, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Estadual nº 991/2020, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, POR DIÁRIA, INCLUINDO A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE, ADESIVAGEM, COLETA DIÁRIA DE DEJETOS E HIGIENIZAÇÃO**, especificado no item de licitação nº 01 do anexo V do edital de **Pregão Eletrônico nº 002/2023 – SRP – CEDEC**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: SOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 34.623.926/0001-55
ENDEREÇO: Avenida Conselheiro Furtado, nº 3843 – Birro: Guamá, Belém-Pa
CONTATO: (91)3249-4878 **E-MAIL:** sos@sos360.com.br
REPRESENTANTE: CARLOS AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES
CPF: 116.556.822-53 **RG:** 1971746

ITEM LICITAÇÃO	ITEM TR	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE TOTAL*	VALOR UNIT. MÁX. ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁX. ESTIMADO
1	1	Serviço de locação de banheiro químico conforme descrito no item 3.1 do TR.	Diária	59.538	R\$ 248,00	R\$ 14.765.424,00





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ÓRGÃO GERENCIADOR					
Nº ORD.	ÓRGÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
01	CEDEC – COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	54.000	Diária	R\$ 248,00	R\$ 13.392.000,00
ÓRGÃOS PARTICIPANTES					
Nº ORD.	ÓRGÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNIT.	SUBTOTAL
02	COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	20	Diária	R\$ 248,00	R\$ 4.960,00
03	DEFPUB - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	1.000			R\$ 248.000,00
04	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ	8			R\$ 1.984,00
05	FUNTELPA - FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	1.500			R\$ 372.000,00
06	IDEFLOR -Bio - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	10			R\$ 2.480,00
07	PCEPA - POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	10			R\$ 2.480,00
08	PCPA - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	10			R\$ 2.488,00
09	SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	180			R\$ 44.640,00
10	SECULT - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	1.000			R\$ 248.000,00
11	SEEL - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER	200			R\$ 49.600,00
12	SEJUDH - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	200			R\$ 49.600,00
13	SEGUP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	300			R\$ 74.400,00
14	SESPA - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA	100			R\$ 24.800,00
15	SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	1.000			R\$ 248.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 14.765.424,00

ESPECIFICAÇÃO
Serviço de Locação de Cabine Sanitária individual portátil, tipo STANDARD (DIÁRIA), construída em polietileno de alta densidade, com caixa de dejetos capacidade minima 200 lts, com vaso sanitário e mictório, assento e tampa, suporte para papel higiênico (com papel higiênico), e recipient para álcool em gel (com álcool em gel 70%), lixeira,



COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6323 e-mail: assessoria.cedec@gmail.com



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

piso antiderrapante, identificação (Masculino/Feminio), ponto de ventilação natural, com ponto de luz, teto translucido, sistema de trava com chave. HIGIENIZAÇÃO E RECOLHIMENTO DE DEJETOS 01 (UMA) VEZ AO DIA, devendo ser reabastecido o papel higiênico (no mínimo 06 rolos por dia) e reabastecido o recipient do álcool em gel. Dimensões mínimas de 1,22m x 1,20m x 2,30m, porta com sistema de mola para fechamento automatic, incluindo service de limpeza diária, com higienização, coleta dos dejetos e troca do produto químico biodegradável, incluindo ainda o service de transporte, instalação e retirada da cabine sanitaria. Incluída a adesivagem com a logomarca do Estado do Pará. Quantidade minima por contratação: 10 (dez) unidades.

2.2. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

2.2.1. Não houve licitante interessado em formar cadastro de reserva para o referido item.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- a. COHAB - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ
- b. DEFPUB - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
- c. DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ
- d. [FUNTELPA](#) - FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO
- e. [IDEFLO](#)-Bio - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
- f. PCEPA - POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ
- g. PCPA - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
- h. SEAP - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
- i. SECULT - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
- j. [SEEL](#) - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER
- k. [SEJUDH](#) - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
- l. SEGUP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
- m. SESP - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
- n. SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 991/2020.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantajosidade para a administração pública estadual da utilização da ata de registro de preços.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este for-



COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6323 e-mail: assessoria.cedec@gmail.com



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

necimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** e registrados na ata de registro de preços para o **órgão gerenciador e órgãos participantes**.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o **órgão gerenciador e órgãos participantes**, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6323 e-mail: assessoria.cedec@gmail.com

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002.

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. Por razão de interesse público; ou

6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inciso XI, do Decreto nº 991/2020), exceto nas hipóteses em que o descumprimento se relacionar às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 991/2020).



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 22 do Decreto nº 991/2020, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 14, §1º do Decreto nº 991/2020.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. Contratação (adesão de item) de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 13, §5º, do Decreto nº 991/2020.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **03 (três) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Belém-PA, 17 de abril de 2023.

**MARCELO MORAES
NOGUEIRA:66590400210**

Assinado de forma digital por
MARCELO MORAES
NOGUEIRA:66590400210

**MARCELO MORAES NOGUEIRA – TCEL QOBM
Ordenador de Despesas**

S O S SERVICOS OPERACIONAIS DE
SANEAMENTO LTDA:34623926000155

Assinado de forma digital por S O S SERVICOS
OPERACIONAIS DE SANEAMENTO
LTDA:34623926000155
Dados: 2023.04.17 14:52:18 -03'00'

**CARLOS AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES
SOS Serviços Operacionais de Saneamento LTDA**



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 – SRP – CEDEC EXTRATO DE ATA SRP Nº 002/2023

Espécie: Ata de Registro de Preço Nº 002/2023, firmada entre o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ por intermédio da COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, CNPJ sob o nº 15.513.102/0001-88 e a empresa abaixo. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 02/2023 – SRP - CEDEC, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, POR DIÁRIA, INCLUINDO A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE, ADESIVAGEM, COLETA DIÁRIA DE DEJETOS E HIGIENIZAÇÃO, especificado no item de contratação 01 (serviço de locação de banheiro químico – ampla concorrência) do Anexo V do edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2023 – SRP – CEDEC, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição. EMPRESA: S.O.S. SERVICOS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO LTDA CNPJ: 34.623.926/0001-55.

ITEM LICITAÇÃO; 1

ITEM TR : 1

DESCRIÇÃO: Serviço de locação de banheiro químico conforme descrito no item 3.1 do TR.

UNID; Diária

QTDE TOTAL :59.538

VALOR UNIT. MÁX. ESTIMADO : R\$ 248,00

VALOR TOTAL MÁX. ESTIMADO: R\$ 14.765.424,00

O órgão gerenciador será a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará

DEFPUB – Defensoria Pública do Estado do Pará

DETRAN – Departamento de trânsito do Estado do Pará

FUNTELPA – Fundação Paraense de Radiodifusão

IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

PCEPA – Polícia Científica do Pará

PCPA – Polícia Civil do Estado do Pará

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura

SEEL – Secretaria de Estado de Esporte e lazer

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo

Não houve adesão ao cadastro de reservas.

Valor Global: R\$ 14.765.424,00

Data de Assinatura: 17/04/2023

Vigência: 17/04/2023 à 17/04/2024.

Signatários: TCEL QOBM Marcelo Moraes Nogueira – Ordenador de Despesas

Protocolo: 926964

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 003/2023 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA. BELÉM/PA, 04 DE ABRIL DE 2023.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) etc.

CONSIDERANDO o teor do despacho da Coordenadoria da Capital e Região Metropolitana, em face da petição do 12º Promotor de Justiça Criminal da Comarca de Belém, subscrito pelo Dr. Luiz Cláudio Pinho, 12º Promotor de Justiça Criminal da Capital, que requisita, nos autos da Representação Criminal nº 0817478-16.2022.8.14.0401, instauração de processo administrativo disciplinar para apurar conduta irregular atribuída à Delegada O. M. F. G. D. S. – matrícula nº 54188936;

CONSIDERANDO que os fatos constantes nos PAEs nº 2022/1151201 e nº 2022/1302335, atribuídos a servidora, ensejam a necessidade de apurar a prática de conduta que, em tese, configura ilícito administrativo, mediante a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – Tornar sem efeito os termos da PORTARIA Nº 024/2022-PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA;

II – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei Complementar nº 022/94, figurando como acusada a Delegada O. M. F. G. D. S. – matrícula nº 54188936, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos VII (forma arbitrária) e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94;

III – DESIGNAR os servidores FERNANDO PITTON ALBANESE, CYNTHIA DE FATIMA DE SOUZA VIANA e SIMONE EDORON MACHADO ARAUJO – Delegados de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, as acusações citadas contra a servidora em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

IV – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

V – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ PORTARIA Nº 004/2023 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA. BELÉM-PA, 04 DE ABRIL DE 2023.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) etc.

CONSIDERANDO a conclusão do IPL/Flagrante nº 00346/2022.100106-1, em que foi indiciado o Investigador I. M. D. H. – matrícula nº 5109370, pelo delito tipificado no artigo 317 caput, do CPB, fato ocorrido na data de 04/09/2022, no Município de Ananindeua-PA;

CONSIDERANDO que os fatos constantes nos autos do inquérito policial, atribuídos ao servidor, ensejam a necessidade de apurar a prática de conduta que, em tese, configura ilícito administrativo, mediante a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – Tornar sem efeito os termos da PORTARIA Nº 023/2022 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA;

II – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei Complementar nº 022/94, figurando como acusado o Investigador I. M. D. H. – matrícula nº 5109370, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XXV, XXXIV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94;

III – DESIGNAR os servidores FERNANDO PITTON ALBANESE, CYNTHIA DE FÁTIMA DE SOUZA VIANA – Delegados de Polícia Civil, e ADAM GREGORY SANTOS DO CARMO – Escrivão de Polícia Civil, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro e em comissão, apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, as acusações citadas contra o servidor em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

IV – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

V – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Delegado WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado-Geral

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 005/2023 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA. BELÉM/PA, 05 DE ABRIL DE 2023.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil) etc.

CONSIDERANDO a conclusão do IPL nº 00346/2021.100039-2, em que foi indiciado o Investigador L. F. C. D. S. D. C. – matrícula nº 57231604, pelos delitos tipificados no artigo 316 caput, do CPB, fato ocorrido na data de 23/03/2021, no Município de Santa Izabel-PA;

CONSIDERANDO que os fatos constantes nos autos do inquérito policial, atribuídos ao servidor, ensejam a necessidade de apurar a prática de conduta que, em tese, configura ilícito administrativo, mediante a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 022/2022 – PAD/INSTAURAÇÃO/DG/PC-PA, convalidando todos os atos já praticados;

II – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei Complementar nº 022/94, figurando como acusado o Investigador L. F. C. D. S. D. C. – matrícula nº 57231604, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XXV, XXXIV e XXXIX, da Lei Complementar nº 022/94;